



USOS ETNOGRÁFICOS DA SOCIOLOGIA DE GOFFMAN ARTICULADOS À SOCIOLOGIA PRAGMÁTICA FRANCESA

LUIZA ARAGON OVALLE*

Resumo: Este artigo expõe uma articulação entre a sociologia pragmática americana, na figura de Erwin Goffman, e a sociologia pragmática francesa contemporânea, a partir dos trabalhos de Laurent Thévenot e Luc Boltanski. Algumas dificuldades de apropriação desta bibliografia, mesmo quando o uso analítico das gramáticas e controvérsias parece contribuir de maneira evidente para a socialização internacional do pesquisador, são trabalhadas no presente trabalho através da construção teórico-analítica e metodológica da tese de doutorado da autora. Trata-se do encontro entre expressões de moralidades operantes na sociedade brasileira, colocadas sob descrição através da trajetória de alunos-policiais no curso Tecnólogo em Segurança Pública e Social e de discursos de ódio em grupos fechados do Facebook.

Palavras-chave: Gramáticas. Controvérsias. Goffman. Fachadas.

Ethnographic Uses of Goffman's Sociology Articulated With French Pragmatic Sociology

Abstract: This paper explains an articulation between American pragmatic sociology, using the work of Erwin Goffman, and contemporary French pragmatic sociology, using the works of Laurent Thevenot and Luc Boltanski. Some difficulties on the appropriation of this bibliography, even when the analytic use of grammars and controversies seem to offer an obvious contribution to the researcher's international networking, are presented here through the theoretical, analytical and methodological construction of the author's PhD thesis. It addresses the encounter between expressions of moralities that operate on Brazilian society, described through the trajectory of university students who also work as policemen and hate speeches in closed Facebook groups.

Keywords: Grammars. Controversies. Goffman. Fronts.

* Universidade Federal Fluminense-Campos/NEMO/INCT-InEAC. E-mail: luizaaragon@gmail.com

A CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO ETNOGRÁFICO ENTRE A ESCOLA DE CHICAGO E O PRAGMATISMO FRANCÊS

O investimento etnográfico da tese de doutoramento, que originou este artigo (ARAGON OVALLE, 2018), surgiu a partir da experiência de contato num ambiente virtual de aprendizagem (AVA), onde policiais civis, militares, guardas municipais e agentes penitenciários convivem com uma proposta de formação universitária em segurança pública, a qual apresenta uma abordagem desta enquanto campo de conhecimento. Diante das explicitações por parte destes atores, de que o conteúdo das aulas era um conhecimento alternativo às suas respectivas experiências anteriores, tanto nas Academias de Polícia como na prática da profissão, foi possível estabelecer contrastes entre duas gramáticas (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991), cuja apresentação social entre alunos-policiais e seus professores era formulada neste contato.

A partir de um expoente da Escola de Chicago, Erwin Goffman, cuja raiz no pragmatismo americano permite uma costura com a sociologia pragmática francesa contemporânea, procura-se descrever a apresentação profissional que acontece nestes ambientes virtuais. Pergunta-se como os atores, em suas performances rituais cotidianas, constroem inclusive uma dimensão de si mesmos (da identidade profissional transpassada pelo papel de aluno universitário), na medida em que se expressam através da palavra escrita, no que consiste esta fachada *goffmaniana* (GOFFMAN, 2001) de composição pouco tradicional, porém bastante explorada a partir desta literatura nas ciências sociais contemporâneas, como podemos ver nos trabalhos da professora Laura Graziela Gomes (GOMES, 1998; 2015).

Isso foi possível através dos discursos observados à distância, bem como daqueles com os quais a autora envolveu-se face-a-face, ao longo da pós-graduação vinculada como doutoranda em antropologia no ambiente acadêmico, sobre o qual também se mostrou pertinente desenvolver um olhar etnográfico, seguindo a tradição de seus professores (e interlocutores) uma antropologia da academia (KANT DE LIMA, 1997). A confluência entre a interação virtual e aquela face-a-face no trabalho de campo permitiu demonstrar, no âmbito da tese de referência, o quão complexa pode ser a interlocução entre as gramáticas observadas. Coloca-se as mesmas sob descrição como uma composição de repertórios múltiplos, organizados em torno destas gramáticas morais (ou apenas moralidades), cujas margens interessam na medida em que são colocadas pelos atores como objeto de disputas discursivas. Estas gramáticas morais são povoadas por moralidades, colocadas sob descrição etnográfica através de discursos que não são necessariamente articulados como um todo, como se fizessem parte apenas de intenções deliberadas dos atores observados individualmente. Assim, o trabalho afasta-se de uma psicanálise para, ao invés disso, apontar linhas convergentes na mesma lógica operante, mapeando moralidades como elas se apresentam em diversos interlocutores, sugerindo ao leitor a pertinência sociológica de compreendê-las a partir deste instrumento analítico e organizador que são as gramáticas.

O que está em jogo e, sobretudo, é objeto etnográfico, são as formas diferentes de estruturar o conhecimento sobre a sociedade. A pertinência de dar prosseguimento à análise a partir da narrativa dos atores envolvidos no campo responde à pergunta que é fio condutor deste trabalho: qual o escopo do pensamento produzido localmente, quando a narrativa de si e do outro se organiza percebendo tempo, moralidades, atores envolvidos e ideologias como congelados independente do momento histórico? Os atores envolvidos, mesmo que cientistas, não se debruçaram especificamente sobre o referido objeto de estudo, embora esta tenha sido uma pergunta que guiou parte da trajetória profissional de alguns deles, com exceção do professor Roberto Kant de Lima (2009), cujo trabalho sobre a lógica do contraditório é fundamental para a argumentação proposta aqui.

ARTICULAÇÃO COM BASES COMUNS À ANTROPOLOGIA BRASILEIRA

Quando a antropologia contemporânea se vale da própria literatura clássica, a qual encapsula o tempo do Outro a serviço de uma ordem colonial europeia (ASAD, 2008; FABIAN, 1990), faz-se necessário um exercício crítico indispensável, implícito na paciência metodológica inerente à acumulação do conhecimento científico através das gerações. A crítica negativa e explícita a esta característica da ciência, de pensar a partir de dinâmicas históricas e valores como legitimados a partir de seres humanos de carne e osso, foi etnografada durante o trabalho de campo, o qual não

aconteceu entre grupos alienados de um projeto ascendente de nação para o Brasil, nos dias atuais. Neste sentido, os discursos observados compõem o que a sociologia pragmática convencionou chamar de uma controvérsia (THÉVENOT, 2006), cujo epicentro são as disputas pela definição legítima de quem são vítimas aos olhos dos alunos do curso Tecnólogo em Segurança Pública e Social (TSP)¹, oferecido pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

A proposta deste artigo é apresentar os lócus de trabalho de campo a partir dos quais afirma-se que este contato entre duas gramáticas (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991) sobre segurança pública aconteceu. O instrumento analítico das gramáticas, explorado pela sociologia pragmática francesa, é tomado aqui a partir dos trabalhos de Laurent Thévenot em conjunto com Luc Boltanski, ao mapear sentidos de justiça em torno de algumas formas de demanda por cidadania na França em seu livro, *De la justificación*. Para estes autores, expressões do que os atores consideram apontamentos necessários do justo possuem características distintas e precisam se adaptar à construção local do espaço público – que também não possui forma única e exige uma denominação mais precisa.

Ao explicitar onde se localiza o lócus desta etnografia, assim, procuro aderir à perspectiva de meus colegas em diálogo com outros expoentes desta escola, cujo resultado parcialmente se encontra na coletânea *Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa* (CEFAÏ; MELLO; MOTA; VEIGA, 2011). Mais especificamente, me aproprio do sentido de arenas públicas elaborado na tessitura das etnografias ali reunidas, onde, para os fins deste artigo, destaco aquele explicitado por Daniel Cefaï. Como os demais colegas, ele não pensa um único espaço público, compartilhado como referência comum habermasiana: as arenas públicas são constituídas na medida em que os atores tomam a palavra e transformam cada contexto através de uma disputa de poder. Esta não se trata, tampouco, de uma abstração da ciência política clássica: toda disputa por palavras é uma disputa por narrativas de si e do seu entorno, englobando o ator que as profere, bem como o território que a palavra habita e imagina para seus interlocutores (MELLO, 2000).

O OBJETO ETNOGRÁFICO CONSTRUÍDO EMPIRICAMENTE

A primeira reação de muitas pessoas formadas em instituições universitárias consagradas pela oralidade, diante de um sistema de ensino onde suas vozes e performances corporais se traduzem, de maneira central, na palavra escrita e em recursos visuais veiculados no meio digital, é de descrédito diante da proposta de um ensino à distância (EAD). Ao iniciar o diálogo com meus interlocutores que viriam a trabalhar com esta modalidade de ensino, a grande maioria não sabia que o Centro de Ensino à Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ) é uma instituição pública vinculada ao governo do estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de fornecer infraestrutura para que as universidades públicas ofereçam cursos de graduação na modalidade de ensino semipresencial. Hoje, oito universidades públicas, a saber, CEFET, IFF, UFRJ, UFRRJ, UENF, UFF, UNIRIO e UERJ, oferecem 15 cursos de graduação, implantados em convênios feitos gradualmente a partir do ano 2000, ancorados em 39 polos no interior do estado e na capital. O empenho governamental em apoiar sua expansão sustenta uma verdadeira máquina estatal, que tem como motivação a visibilidade obtida pela modalidade, que oferta cerca de 7 mil vagas por semestre em cursos do ensino superior, atendendo simultaneamente um total de 26 mil alunos em sua maioria localizados fora da região metropolitana do Rio de Janeiro sem aumentar, com isso, o quadro docente das universidades conveniadas.

Inicialmente, cursos de licenciatura em Biologia, Matemática e Física entraram em funcionamento, buscando atender a uma demanda de professores qualificados que se mantivessem nas suas cidades de origem após o seu período de formação, uma vez que, ao migrar para cursar o ensino superior na modalidade presencial, muitos alunos formados permaneciam na região metropolitana ou não retornavam às suas cidades de origem, mesmo deixando os grandes centros urbanos. Estes cursos atraem um perfil de aluno diferente daquele esperado para os que abriram em seguida, a saber, Administração e Tecnologia em Sistemas da Computação. Os alunos destes últimos não tinham como objetivo central se tornarem educadores, e sua visão instrumental dos cursos e seus profissionais já traziam olhares e interações diferentes com essa modalidade de ensino. Ainda assim, não possuíam as especificidades do curso onde desenvolvi a etnografia da

tese de doutorado na qual o presente artigo se baseia, o Tecnólogo em Segurança Pública e Social (TSP), inaugurado em 2014.

Durante o primeiro semestre de 2014, acompanhei a primeira turma de calouros no TSP, oferecido pela Universidade Federal Fluminense (UFF) que, então, abriu 500 vagas em sete polos. Diferentemente do bacharelado presencial em Segurança Pública², já em fase de implantação desde 2012 e oferecido pela UFF na cidade de Niterói, o curso semipresencial foi uma exigência do MEC³, assim como sua reserva de 80% das vagas para policiais militares na ativa, devendo o restante das vagas ser preenchido por outros profissionais da área de segurança pública. Assim como os alunos do CEDERJ que não se vinculavam às licenciaturas, os alunos do TSP tinham interesse em seguir as regras e cumprir com os compromissos necessários para adquirir um diploma, mas isso não correspondia à adesão ao convite de investir numa carreira como pesquisadores universitários em humanidades.

Quando o Ministério da Educação exigiu a aplicação de um curso semipresencial para agentes de segurança na ativa, oferecido com auxílio do consórcio CEDERJ, especializado em oferecer a estrutura necessária para a oferta do ensino em massa, estas relações entre as pessoas e o mundo passaram por uma reinvenção, aos olhos dos profissionais envolvidos, a partir de então, nesta modalidade de ensino. A referida tese (ARAGON OVALLE, 2018) compara a gramática acionada pelos alunos com aquela usada por parte da equipe de profissionais que substituem o professor presencial segundo a estrutura para a modalidade de EAD oferecida pelo CEDERJ.

Inicialmente, é importante ressaltar que a maior parte da minha interação acontecia com as equipes de tutoria presencial espalhadas nos polos (TPs) e, com mais intensidade, com as equipes de tutoria à distância (TDs). Estas interações aconteciam principalmente por e-mail e ligações telefônicas à época da implantação, quando eu atuava como supervisora da equipe de tutoria, auxiliar do cargo chamado Coordenadora de Disciplina, cujas atividades dividia com meu professor orientador da referida tese de doutorado. Também havia espaços de interação face-a-face com os TDs, nos ambientes acadêmicos proporcionados pelo núcleo de pesquisa ao qual estavam vinculados os fundadores do curso (também seus coordenadores gerais).

Assim, eu observava as interações dos TDs no ambiente virtual de aprendizagem (AVA) proporcionado pelo software chamado Plataforma Moodle, na sala de aula virtual da disciplina de primeiro período chamada Introdução aos Estudos sobre Segurança Pública (IESP). Meu interesse etnográfico no diálogo com os alunos do curso TSP foi despertado na interação com os tutores à distância, atuantes na primeira disciplina a introduzir este panorama antropológico, no contato com alunos que demonstravam em seus textos online acumular a identidade de policiais militares na ativa. Quando estes avaliadores interpretavam os sentidos de justiça operados em apresentações sociais veiculadas na Plataforma Moodle, seus próprios sentidos de justiça associavam o que os alunos escreviam e as suas descrições de atuação profissional como agentes estatais, ao que chamavam de discursos de ódio. Esta não era uma categoria analítica dos tutores, cuja formação nas áreas de humanidades descrevo mais adiante, mas sim uma expressão usada em conversas de corredor, sobre o incômodo de conviver no dia-a-dia dos ambientes virtuais com estas expressões escritas de alteridade.

Com o objetivo de estranhar minhas próprias expressões emocionais de sentidos de justiça, nas quais eu pensava através das mesmas categorias que os tutores, busquei mapear tais discursos de ódio, no âmbito desta tese, a partir de grupos fechados da rede social Facebook. Esta escolha também se justificava por dois motivos: (1) pensar se havia diferenças significativas entre o que era dito na Moodle e no Facebook, uma vez que neste segundo espaço os discursos não eram elaborados com o objetivo de obter um diploma; e (2) estranhar a categoria discursos de ódio, a partir do contato com textos escritos, memes, fotografias e vídeos explícitos de violência exaltada como punição exemplar, cuja divulgação e ampliação em escala eram afirmadas nestas redes sociais como necessários para interromper a escalada de violência urbana.

A qualificação dos atores dentro dos grupos fechados de Facebook não acontece através da identificação, mas sim da classificação feita sobre os mesmos: interessa saber como operam as gramáticas de ódio. Estas gramáticas, enquanto um conjunto de valores, têm consequências para caracterizar as pessoas que exigem as punições exemplares em questão: dentro do campo de disputas por hierarquias de status e poder abordadas, não podem existir *cidadãos de bem* sem bandidos a combater. As consequências desta eliminação ideal de todos os bandidos seria o

estabelecimento de uma cidadania nos moldes constitucionais brasileiros, os quais (ainda) garantem, no papel, igualdade na distribuição de direitos e deveres a todos. Neste sentido, os discursos de ódio não operam a partir da igualdade e da dignidade, mas da honra, valor que, segundo Kant de Lima (2009) só faz sentido dentro de gramáticas que operam em sociedades desiguais e hierárquicas.

Quanto ao lugar destas observações para formular o objeto de estudo, cabe dizer que contrastar diferenças entre conjuntos de sentidos de justiça nos dois ambientes virtuais não diminui o valor dos diálogos dos policiais no curso TSP com antropólogos e seus textos: trabalho também este diálogo como presenças virtuais de alteridades, com o potencial de gerar expressões de sentimentos morais por parte dos policiais militares na textualização de sua própria presença virtual na Plataforma Moodle.

Assim, tive contato nos grupos fechados de Facebook com algo bem diferente da apresentação profissional do TSP, sendo a última percebida, diante destes estranhamentos (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996), como pública e elaborada para o contato com sentimentos morais diferentes dos seus policiais. No entanto, se no Facebook era explicitado o discurso *bandido bom é bandido morto*, nos ambientes virtuais universitários a gramática dos tutores continuava a ser produzida em catarses, organizando um repertório de sentimentos morais instigante da minha curiosidade etnográfica.

Pude formular, então, através da incessante afirmação destas fronteiras morais nos ambientes virtuais, onde estes alunos-policiais buscavam a construção de consensos que levassem a um diploma de ensino superior, o eixo central da tese que aqui descrevo: uma categoria vítima polissêmica, cuja definição legítima se revelou o epicentro das disputas por imposição de autoridade de um conhecimento sobre o mundo, onde estão encarnados sentidos de justiça que catalisam e demandam, de todos os envolvidos, reflexões e explicitações de conflitos fundamentais na sociedade brasileira.

A sensação de que os policiais respondiam a perguntas e críticas que não eram explicitadas pelos textos ou pelos tutores em sua interação com o conteúdo surgiu da socialização acadêmica no âmbito do INCT-InEAC. Os professores desta rede, de cuja interlocução, em parte, se trata esta tese, construíram juntos, ao longo dos últimos 40 anos, a formação do conhecimento antropológico na área pioneira de segurança pública. Este campo de conhecimento abrange uma formação policial onde o lugar da antropologia permite colocar sob descrição as relações dogmáticas com o conhecimento, bem como a dinâmica estabelecida pela lógica do contraditório, cujas consequências para a reprodução da desigualdade jurídica brasileira são extensas (KANT DE LIMA, 1997; 2001; 2005).

A ESPECIFICIDADE DAS GRAMÁTICAS E DE SUA APRESENTAÇÃO SOCIAL

Uma das discussões caras à antropologia clássica é o papel da linguagem na formação das sociedades humanas, sendo este um conhecimento estabelecido na Europa a partir da compreensão do Outro. O povo Tiv, estudado por Jack Goody e Ian Watt (1963) (entre outros pesquisadores) fazia parte das ditas sociedades não-letradas, povos colonizados ainda durante o século XX através de políticas imperialistas. Os avanços da antropologia no conhecimento sobre a alteridade levaram à ruptura com uma hierarquia evolucionista entre sociedades como as dos Tiv e aquelas cujas universidades produziam a diferença entre sociedades letradas e não-letradas. A relativização de uma linha evolutiva única, substituída por um estatuto epistemológico de igualdade na diversidade, foi um movimento acompanhado, no século XX, por críticas à história colonial europeia. Como afirma Talal Asad (1993), entender a modernidade é, em parte, compreender os esforços de antropologias que se ocuparam em romper com essa hierarquia social. Esta herança até hoje se faz presente no conhecimento que não se ocupa, durante seu processo de produção, de uma antropologia da academia cujo rigor nos permita acionar esta ética contemporânea:

Não se trata apenas de que a antropologia seja uma criação moderna nascida do encontro da Europa com não-europeus. Trata-se de que as principais ideias que ela usa para apreender seus temas (não moderno,

local, tradicional) são frequentemente dependentes do seu senso contrastivo do moderno (ASAD, 1993, p. 19).

Nesta modernidade está inscrita uma hierarquia erudita e acadêmica, constituída não apenas de relações de poder e sistemas burocráticos, mas também a partir de análises, as quais, considerando suas limitações, constroem as bases para a antropologia contemporânea, capaz de pensar as diferenças na sociedade brasileira entre o papel da oralidade e da escrita. Para entender esta hierquização enquanto um sistema de pensamento (BOURDIEU, 2007) representativo de hierarquias que hoje operam no lócus do trabalho de campo apresentado neste trabalho, voltamos nosso olhar sobre estas representações de cunho evolutivo sobre as diferenças entre a existência social das palavras na dimensão oral e escrita:

Em culturas orais, palavras – e especialmente palavras como “Deus”, “Justiça”, “Alma”, “Bem” – podem dificilmente ser concebidas como entidades separadas, divorciadas tanto do restante da sentença como do seu contexto social. No entanto, uma vez dada a realidade física da escritura, elas tomam vida própria; e muito do pensamento grego estava preocupado em tentar explicar seus significados satisfatoriamente, e relacionar estes significados a algum princípio último de ordem racional no universo, ao logos. (GOODY; WATT, 1963, p. 42).

Esta realidade física da escritura, onde os conceitos se consolidam, adquirem rigor e possibilitam a sua reprodução fidedigna (leia-se, ‘tomam vida própria’) se assemelha à construção social da verdade na sociedade brasileira, quando a entendemos como uma sociedade cartorial (KANT DE LIMA, 2008). Podemos afirmar que o Brasil é uma sociedade letrada quando investimos na escrita como fonte empírica para entender relações de poder: neste contexto, compreendemos o significado da autoridade estatal conferida aos operadores do direito e aos agentes de segurança pública para construir a verdade judiciária (KANT DE LIMA, 2008), a qual explica-se a seguir.

As etnografias no âmbito do INCT-INEAC, usadas como subsídio para a construção de aulas-texto destinadas ao TSP, são resultado de um acúmulo desta tradição antropológica e de seu acionamento a partir de profissionais que investiram anos em sua formação e no rigor de suas pesquisas. A verdade judiciária, neste contexto, é fruto do entendimento do judiciário não a partir dos princípios que o norteiam, mas a partir da leitura destes princípios na forma como eles são operados pelos agentes do judiciário. Isso significa que existe uma lógica que não está explicada por estes princípios, tampouco é explicitada de forma clara para o entendimento dos leigos. Estes últimos conhecem a lógica da sociedade cartorial, e a temem: sabem que não dominam as formas de movimentar papéis dentro da burocracia estatal, quem dirá judiciária. O trabalho realizado pelo despachante, por exemplo, é característico do reconhecimento social da importância desta lógica cartorial: apesar de ocultar suas práticas de modo a manter sua expertise escassa, e muitas vezes mascarar procedimentos burocráticos irregulares ou ilegais, a impotência de pessoas que ocupam sua rotina com outros trabalhos e afazeres para gerenciar a própria vida é representada nesta figura.

A disciplina Introdução aos Estudos sobre Segurança Pública (IESP) foi tomada como lócus para o trabalho de campo da tese de referência para este artigo (ARAGON OVALLE, 2018) por oferecer um panorama de questionamentos: desde a autoridade dos boletins de ocorrência para registrar acontecimentos e chamá-los de fatos, passando pelo poder da polícia civil e federal de investigar uma verdade percebida como “real” sobre um crime, até a construção de desigualdades dentro do sistema judicial.

Ao observar as interações do conhecimento antropológico com seus diferentes leitores e interlocutores, me deparei com usos bons e ruins do termo etnografia. Como acabamos de dizer, isso não acontece exclusivamente quando os policiais adquirem diplomas, não das academias de polícia, mas do meio acadêmico universitário. Muito antes de receber o diploma, já nas primeiras semanas de curso, é possível ver que, ao não citar os conteúdos das aulas e descrever sua prática profissional como um saber legítimo sobre aquele tema, o policial estabelece uma autoridade que

não é intercambiável com as etnografias, ou seja, não se trata do rigor de uma avaliação entre pares que investiram na mesma formação. O saber policial, obtido nas ruas e nos quartéis, é apresentado como substituto do conhecimento científico, quando o aluno-policial aciona a lógica do contraditório (KANT DE LIMA, 2012) para apresentar suas próprias ‘pesquisas empíricas’.

O uso da linguagem escrita, para os fins desta análise, pode ser entendido como um recurso tecnológico não-humano que fundamenta cursos de graduação presenciais e semipresenciais. Este último delega muito mais à linguagem escrita e aos recursos oferecidos pela internet a sustentação das relações entre professor e aluno, procurando, no caso desta disciplina, através dos fóruns, traduzir em responsabilidades equivalentes à formação de vínculos no ensino presencial (LATOURE, 1994). Daí a importância que se atribuiu na disciplina Introdução aos Estudos sobre Segurança Pública aos fóruns e à maneira como os alunos demonstravam, nos seus discursos, refletir (ou não refletir) sobre o conteúdo do curso. Neste contexto, procuro entender o confronto entre duas perspectivas da segurança pública, onde os calouros que, em sua maioria, não tiveram uma experiência prévia de educação à distância, ainda estão aprendendo a importância que se dá à forma e ao conteúdo das aulas tratado nos fóruns.

Até a liberação dos resultados das duas primeiras avaliações, na metade do primeiro semestre, os alunos estavam preocupados em ocupar os fóruns para nos impactar com uma ‘avalanche’ de postagens que tivessem como conteúdo sua própria perspectiva. A partir da segunda metade do curso, começamos a perceber, diante da ‘avalanche’ correspondente de notas baixas, a algumas tentativas de ler e de fato responder ao que os tutores tentavam discutir nas suas próprias postagens. A construção da autoridade dos tutores, neste sentido, precisou vencer as resistências em cada etapa para formar um conjunto de relações estáveis, o que é objetivo na formação da rede (LATOURE, 1994). Muito embora a taxa de reprovação e abandono tenha sido alta (cerca de 40%), ela é semelhante à encontrada entre outros cursos de graduação no CEDERJ no primeiro semestre.

Questionar uma lógica de aprendizagem que envolva o caráter ditatorial culturalmente marcado na história das polícias brasileiras faz parte de um questionamento da lógica do contraditório. As aulas na disciplina em questão abordam este ponto através de etnografias que versam, por exemplo, sobre conflitos escolares, o jogo do bicho, a gestão das relações entre o Estado e o Mercado Popular da Uruguiana (PIRES, 2006), expondo estes contextos a partir de uma proposta de administração institucional de conflitos pensada do ponto de vista da sociedade, não do Estado. Para conhecer, portanto, as melhores formas de lidar com uma situação conflituosa, é preciso saber como ela se forma localmente, através de um conhecimento empírico baseado em pesquisas fundamentalmente diferentes do tirocínio e do inquérito policial, que usam, por sua vez, a lógica do contraditório como instrumento cognitivo fundamental na formação de sua ética:

[...] lógica do contraditório. Trata-se de uma técnica escolástica medieval, cuja característica mais importante, em nosso caso, é a criação de uma infinita oposição entre teses, necessariamente contraditórias, que só se resolve pela intervenção de uma terceira parte, dotada de autoridade externa à disputa e às partes, e que se responsabiliza pela escolha de uma das posições que se opõem, para interromper o processo que, sem esta intervenção, tenderia ao infinito. (KANT DE LIMA, 2012, p. 35).

Através desta lógica, constrói-se um ‘argumento de autoridade’ que faz parte da constituição da hierarquia militar, não a ‘autoridade do argumento’ acionada pelos tutores. Por exemplo, no caso do contato direto entre a polícia e a população, no exercício da função de vigilância, a escolha de qual ética aplicar, a policial ou a militar, envolve a particularização do tratamento das pessoas em contato com policiais. Kant de Lima (1995) descreve, segundo o ponto de vista da polícia, a classificação inicial feita por policiais de cada pessoa com quem entram em contato, o ato de *tirar*. Segundo o delegado, seu informante, *todo mundo tira todo mundo* na sociedade brasileira. Desta forma, ao atuar na sua função de vigilância, que em teoria deveria apurar os fatos para chegar a uma infração, o policial está preocupado, em primeiro lugar, com o contexto social que o cerca. Mais do que isso, é através deste contexto e dos critérios que lhe permitem diferenciar

os indivíduos que a polícia vai medir seus esforços para cumprir ou ignorar a lei, distorcer ou aplicá-la literalmente (KANT DE LIMA, 1995).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da exposição deste artigo, se pretendeu oferecer um exemplo de articulação entre a sociologia pragmática francesa e americana, em especial, através do trabalho de Goffman, numa pesquisa etnográfica realizada no Brasil. A contribuição esperada refere-se ao trabalho com gramáticas, num exercício diferente daquele que forma as histórias elaboradas por estes atores, mas que se acredita consistir numa dimensão importante, porque também é vivida por eles. Isto significa que, a partir do uso das fachadas goffmanianas, o objeto se localiza entre o indivíduo e seu vínculo com o social, que não está contido, jamais, numa única pessoa. O uso de relatos de múltiplos interlocutores permite uma coleção de espelhos, de fachadas e relatos de suas performances, através dos quais, ao final da leitura, formarão a composição destas gramáticas. Evidente que esta organização de pensamento para os fins deste trabalho é mera alegoria diante do que é vivido e pensado pelos atores, mas nos autoriza a construir narrativas de nossa sociedade em trabalhos científicos como a etnografia. Se o conhecimento possui lógicas e formas específicas de construção em diferentes grupos sociais, usar as gramáticas para torná-las acessíveis a pessoas que não enxergam o mundo através das mesmas lentes tem o potencial de tornar o trabalho científico um instrumento para a compreensão da diversidade humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAGON OVALLE, Luiza. *A memória que não leva à justiça: uma etnografia das moralidades e dos discursos presentes no Tecnólogo em Segurança Pública e Social da Universidade Federal Fluminense*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.
- ASAD, Talal. *Donde están las márgenes del estado. Cuadernos de Antropología Social*, Buenos Aires, n. 27, 2008.
- BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. *De la justification: les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção*. São Paulo: Edusp, 2007.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. *Direito legal e Insulto Moral*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- CEFAI, Daniel; MELLO, Marco Antonio da Silva; MOTA, Fábio Reis; VEIGA, Felipe Berocan (Org.). *Arenas Públicas: Por uma etnografia da vida associativa*. 1. ed. Niterói: EDUFF, 2011.
- FABIAN, Johannes. *Presence and Representation: The Other and Anthropological Writing*. In: *Critical Inquiry*, Vol. 16, No. 4, pp. 753-772. The University of Chicago Press, 1990.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- _____. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- GOMES, Laura Graziela F. Fernandes. *Novela e sociedade no Brasil*. Niterói: EdUFF, 1998. 137 p. 21 cm. Série Antropologia e Ciência Política, v. 15.
- _____. *Os modos de existência de um avatar: imagem, inventário e perfil*. *Vivência (UFRN)*, Natal, v. 1, p. 97-123, 2015.
- GOODY, Jack; WATT, Ian. *The Consequences of Literacy. Comparative Studies in Society and History*, Vol. 5, No. 3, 1963.
- KANT DE LIMA, Roberto. *A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- _____. *A antropologia da Academia: ou quando os índios somos nós*. Niterói: EDUFF, 1997.
- _____. *Antropologia Jurídica*. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. *Antropologia e Direito: Temas antropológicos para estudos jurídicos*. Rio de Janeiro/Brasília:

ContraCapa/Laced/ABA, 2012. p. 35-54.

_____. *Ensaio de Antropologia e de Direito: acesso à justiça e processos institucionais de administração de conflitos e produção da verdade jurídica em uma perspectiva comparada*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: Ensaio de antropologia simétrica*. Trad. de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1994.

PIRES, Lenin. “Deus ajuda a quem cedo madruga?” Trabalho, informalidade e direitos civis nos trens da Central do Brasil. In: GROSSI, Miriam Pillar et al. (Org.). *Antropologia e direitos humanos*, 4. Blumenau: Nova Letra, 2006. p.185-241.

THÉVENOT, Laurent. *L'action au pluriel: sociologie des régimes d'engagement*. Paris: La Découverte, 2006.

NOTAS EXPLICATIVAS

¹ Refiro-me a várias nomenclaturas, principalmente ligadas ao CEDERJ, através de siglas como esta.

² Disponível em: <<http://www.uff.br/?q=curso/seguranca-publica/1166700/bacharelado/niteroi>>.

³ Ministério da Educação: <<https://www.mec.gov.br/>>.